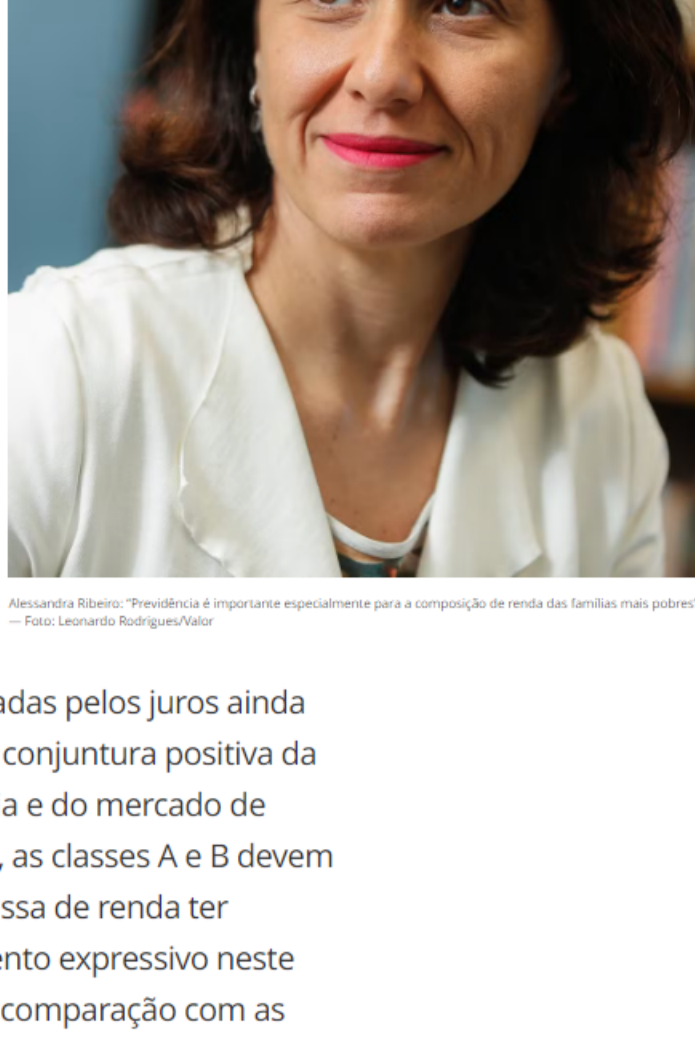


Mercado de trabalho e juro alto puxam massa de renda de classes A e B

Conjunto de rendimentos deve aumentar em todas as faixas neste ano, com avanço menor nas classes C, D e E, de acordo com estudo da Tendências

Por **Marsílea Gombata** — De São Paulo
05/07/2024 05h00 - Atualizado há 6 horas



Alessandra Ribeiro: "Previdência é importante especialmente para a composição de renda das famílias mais pobres"
Foto: Leonardo Rodrigues/Valor

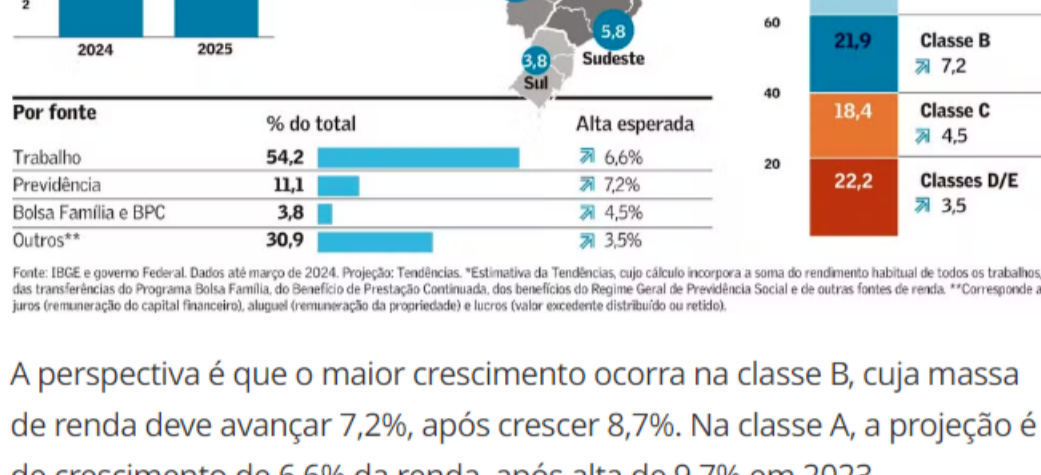
Beneficiadas pelos juros ainda altos e a conjuntura positiva da economia e do mercado de trabalho, as classes A e B devem ver a massa de renda ter crescimento expressivo neste ano, em comparação com as

mais classes mais baixas, comumente favorecidas por transferências governamentais, segundo estudo da Tendências Consultoria, disponibilizado ao **Valor**.

A alta da massa de renda nas classes mais altas deve ser substancialmente maior que as mais baixas, segundo a análise.

Massa de renda total dos domicílios* em 2024

Alta da renda do trabalho e crescimento modesto do Bolsa Família e do BPC explicam cenário



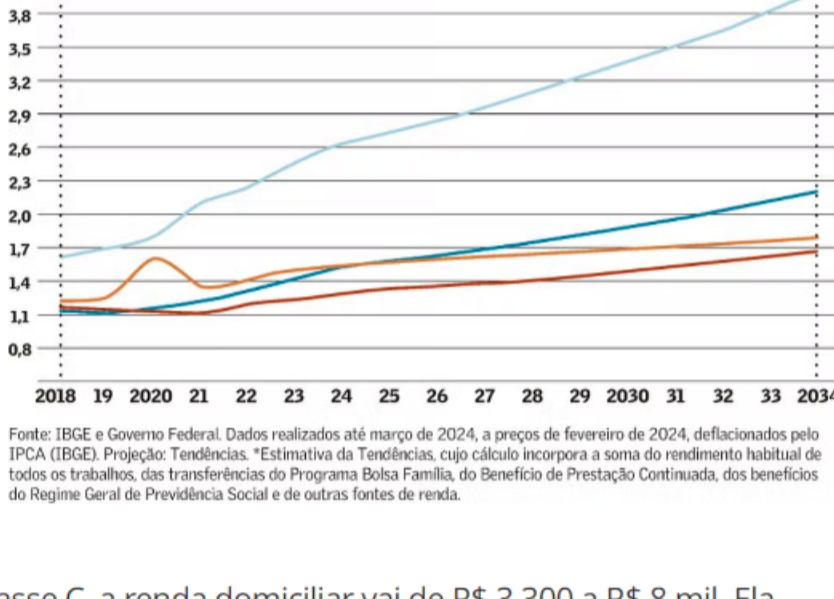
A perspectiva é que o maior crescimento ocorra na classe B, cuja massa de renda deve avançar 7,2%, após crescer 8,7%. Na classe A, a projeção é de crescimento de 6,6% da renda, após alta de 9,7% em 2023.

A classe C, por sua vez, deve ver a massa de renda subir 4,5%, depois de crescimento de 3,7%. Enquanto nas classes D e E, o crescimento deve ser de 3,2%, após alta de 5,6% no ano passado.

A Tendências considera classe A os domicílios com renda domiciliar superior a R\$ 24,8 mil mensais. Esses representam 37,5% do total da massa de renda, mas apenas 3,9% dos domicílios. Já a classe B seria representada por domicílios com renda mensal entre R\$ 8 mil e R\$ 24,8 mil, representando 21,9% da massa e 15% dos lares no Brasil.

Ampliação da desigualdade

Massa de renda total dos domicílios* no longo prazo



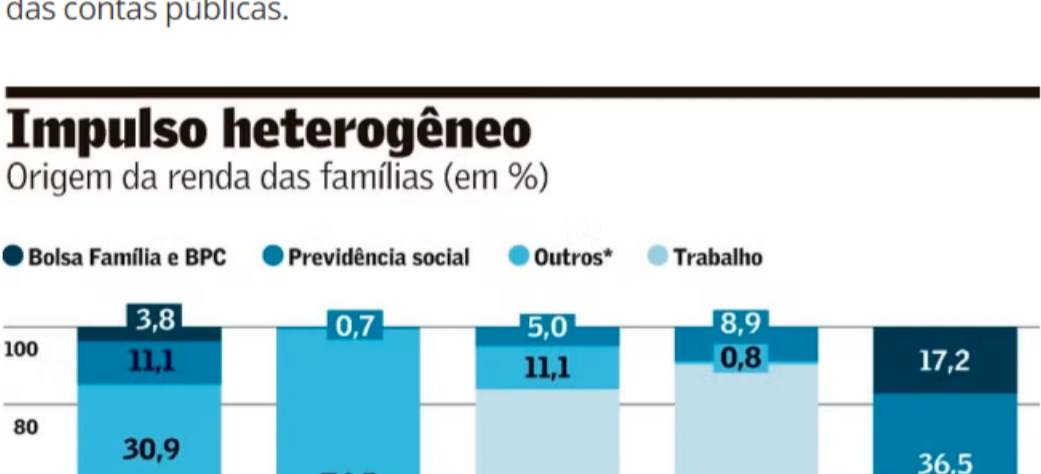
Na classe C, a renda domiciliar vai de R\$ 3.300 a R\$ 8 mil. Ela corresponde a 18,4% do total da massa e 31,2% das famílias. Enquanto as classes D e E são aquelas com renda mensal domiciliar de até R\$ 3.300, correspondendo a 22,2% da massa total e a 49,9% dos domicílios.

“O principal ‘driver’ por trás dessa alta é o dinamismo do mercado de trabalho, tanto no que diz respeito à ocupação quanto ao aumento do salário mínimo real. O segundo é a Previdência, já que o ajuste é atrelado ao salário mínimo. A Previdência é importante especialmente para a composição de renda das famílias mais pobres”, diz a economista Alessandra Ribeiro, sócia-diretora da Tendências.

“Um outro vetor para ver com a categoria que classificamos como ‘outros ganhos’, tem a investimento, aplicação, aluguéis e dividendos, que esperamos que suba 4,9% neste ano. É muito representativa na classe A, e responde por 75% do rendimento nela, em comparação a 11% na classe B. Mesmo com a redução da Selic em relação ao ano passado, a taxa básica de juros ainda está em patamar muito alto.” Para ter um crescimento sustentado, com juros menores, o país precisa ter equilíbrio das contas públicas.

Impulso heterogêneo

Origem da renda das famílias (em %)



Fonte: IBGE e Governo Federal. Elaboração e projeção: Tendências.*Corresponde a juros (remuneração do capital financeiro), aluguel (remuneração da propriedade) e lucros (valor excedente distribuído ou retido).

Os juros ainda altos beneficiam mais a classe A do que as demais porque o desenho do mercado de capitais brasileiro favorece isso, afirma Hélio Zylbersztajn, professor sênior da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da Universidade de São Paulo e coordenador do Salariômetro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

“O modelo de sistema financeiro do Brasil acaba beneficiando exclusivamente os mais ricos. Não temos um mercado de capitais popular”, diz. “Se houvesse um sistema de aposentadoria no qual as pessoas poupassem para aplicar no mercado de capitais por meio de fundos de investimento, a maioria dos trabalhadores poderia participar desse processo.”

Nas classes B e C, o impulso vem da renda do trabalho, uma vez que o peso dos salários na composição é maior. Na classe B chegará a 84% neste ano. Na C, a 90,3%.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), observa a Tendências, refletem aquecimento dos empregos com carteira assinada nos primeiros meses de 2024, ritmo que deve se manter no restante do ano, apesar da perspectiva de perda de fôlego da atividade econômica.

As classes D e E terão a menor alta da renda domiciliar neste ano. Isso se deve à forte dependência dessas classes em relação a transferências do governo como Previdência Social, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família, cuja massa de renda neste ano deve avançar menos que o rendimento do trabalho.

O estudo da Tendências mostra que a renda do trabalho, que representa 54,2% da massa total, deve ter alta de 6,6%, na comparação com 2023. A da categoria outros, que corresponde à remuneração do capital financeiro, com aluguéis e lucros, deve ter o segundo maior crescimento, de 4,6%. A da Previdência deve crescer 11,1%, e a do BPC e do Bolsa Família, 1,6%.

Renda disponível

Diante da alta da massa de renda domiciliar e a inflação projetada para 3,8% neste ano, a Tendências prevê que a renda disponível (após gastos com itens essenciais como habitação, transportes e alimentação) da 2023. A vai chegar a R\$ 1,4 trilhão, em 2024, alta de 6,1% em relação a 2023. A classe B deve dispor de R\$ 587,3 bilhões para o consumo de itens não essenciais - alta anual de 6,4%.

A classe C deve ter renda disponível de R\$ 366,7 bilhões, o que seria uma alta de 3,7% em relação a 2023. Já as classes D e E podem ter R\$ 321,1 bilhões para itens não essenciais, 2,6% a mais do que no ano passado.

“O topo da pirâmide social (classe A) conta com maior espaço para corte de gastos, uma vez que a proporcional do consumo de bens essenciais é menor, enquanto total é proporcionalmente menor que nas classes D e E”, afirma o texto, ao ressaltar que as classes médias (C e B) têm de 30% a 40% do orçamento disponível para consumo de itens de primeira necessidade.

Nesse sentido, a Tendências alerta que o aumento dos preços de alimentos - que chegou a 0,62% em maio, ante abril - afeta todas as classes, mas as mais baixas, que possuem menor parcela de renda disponível, devem sentir mais esse efeito.

“O que temos visto em 2024 é uma alta mais forte de alimentos, e isso pesa muito para pessoas de baixa renda, porque a parcela do orçamento que gastam nisso é maior que a dos mais ricos”, afirma Maria Andréia Parente Lameiras, técnica de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica (Ipea).

“Para famílias de classe baixa, um quarto do gasto é com supermercado. Para as ricas, esse gasto não chega nem a 10%. Para uma família com renda de até R\$ 2 mil, isso significa R\$ 500. Para uma com renda de R\$ 40 mil, são R\$ 4 mil em comida.”

Lameiras argumenta que as famílias mais pobres têm o orçamento justo e, em momentos de crise, têm de rearmar seu flexível ou cortar itens. Enquanto as ricas possuem orçamento mais flexível e, se precisar, podem abrir mão de comprar algum item supérfluo ou de poupar naquele mês.

“Além disso, conseguem se proteger contra a inflação porque têm aplicações financeiras que muitas vezes remuneram mais que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)”, diz. “O que não ocorre com as famílias pobres, que acabam sendo penalizadas pelo aumento dos preços por não terem nenhum hedge.”

“No longo prazo, a migração das famílias das classes D e E para classe média deve ser lenta, acompanhando um fenômeno típico de países com alta desigualdade de renda”, diz o estudo. “O maior entrave ao crescimento da renda dos estratos sociais mais pobres é a educação não revertida em produtividade.”

Sistema financeiro do Brasil beneficia exclusivamente os mais ricos”

— Hélio Zylbersztajn

Dados do Ipea mostram que em maio os preços dos bens e serviços consumidos pelas famílias de renda alta avançaram 0,46%, ante abril, devido ao reajustes de passagens aéreas e transportes por aplicativo.

Para as famílias de renda muito baixa, a inflação avançou 0,48%, puxada por alta dos preços de alimentos no domicílio, artigos de higiene pessoal e tarifas de água, esgoto e energia elétrica.

O Ipea considera que estão no segmento de renda muito baixa as famílias com renda domiciliar menor que R\$ 2.105,99. O de renda baixa são aquelas com entre R\$ 2.105,99 e R\$ 3.158,99, e o de renda média baixa, entre R\$ 3.158,99 e R\$ 5.264,98.

O segmento de renda média compreende domicílios com renda entre R\$ 5.264,98 e R\$ 10.529,96. O de renda média alta vai de R\$ 10.529,96 a R\$ 21.059,92, e o de renda alta, superior a R\$ 21.059,92.

No acumulado em 12 meses até maio, contudo, a inflação cresceu com mais força para o segmento de renda alta (4,84%) do que o de renda muito baixa (3,2%).

“Tivemos aceleração dos preços de serviços, que pesam mais para famílias de renda mais alta, que gastam parte considerável da renda com plano de saúde, recreação, passagem aérea”, argumenta a economista do Ipea.

Varejo

Apesar da inflação persistente, o estudo da Tendências prevê que o cenário para as vendas no varejo seguirá positivo neste semestre, com maior dinamismo de bens duráveis no decorrer do ano, devido à retomada da melhora nas condições financeiras e ao mercado de trabalho ainda aquecido.

Mas a consultoria alerta que, apesar de ser uma condição necessária, o ingresso no mercado de trabalho formal tem sido insuficiente para a mobilidade social no Brasil.